



Número: **0000649-31.2019.8.17.3370**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **3ª Câmara Cível - Recife**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto**

Última distribuição : **16/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Processo referência: **0000649-31.2019.8.17.3370**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VALERIA AVELINA FERNANDES DA SILVA (APELANTE)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (APELADO)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO)	
		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Coordenação da Central de Recursos Cíveis (PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL - CENTRAL DE RECURSO)			
Coordenação das Procuradorias Cíveis (PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL - TJPE RECIFE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15236790	23/03/2021 09:36	Decisão Terminativa	Decisão Terminativa



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Gabinete do Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto

APELAÇÃO Nº - 0000649-31.2019.8.17.3370 *

RELATOR: Desembargador

APELANTE: VALERIA AVELINA FERNANDES DA SILVA

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DECISÃO TERMINATIVA

Trata-se de **ação securitária DPVAT** ajuizada pelo **Valéria Avelina Fernandes da Silva** contra **Seguradora Líder dos Consórcios Do Seguro DPVAT S/A**, pleiteando, em síntese, o complemento da indenização securitária.

Sentença (ID 7179413): julgou procedentes o pedido, condenando a ré ao pagamento da complementação da indenização securitária no valor de R\$ 337,50, corrigido monetariamente pela tabela do ENCOGE a partir da data do acidente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a citação.

Em razão da sucumbência, condenou a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios, que fixou também em R\$ 337,50.

Apelação (ID 13489461): sem preliminares. No mérito, alegou apenas o aviltamento na fixação dos honorários advocatícios fixados. Requereu a majoração para um salário mínimo.

Contrarrazões (ID 13489490): em preliminar alegou ausência de preparo recursal. No mérito, pugnou pelo não provimento do recurso.

Despacho (ID 14275613): determinei a intimação do apelante para juntar o preparo recursal em dobro, em razão do recurso versar apenas sobre a majoração dos honorários recursais.

Certidão (ID 14550154): deixou transcorrer o prazo sem manifestação.

Manifestação do Ministério Público (ID 13837579):



apresentou cota pela não intervenção.

É o breve relatório. **Decido.**

Da análise dos autos, constata-se existir óbice intransponível ao conhecimento do recurso, qual seja: **a ausência do regular preparo, obrigatório para o manejo da apelação.**

Como é sabido, o preparo regular é um dos requisitos de admissibilidade do recurso de apelação, ou seja, se não for efetuado e comprovado na forma e prazo legais, não poderá ser conhecido o apelo, devendo este ser julgado deserto.

No caso, observo versar o **recurso exclusivamente sobre a majoração dos honorários advocatícios** e não ter o recorrente anexado aos autos a comprovação do preparo recursal. Isso porque, nos termos do **art. 99 §5º do CPC/15, o preparo deve ser recolhido pelo advogado interessado, independentemente da parte ser beneficiária da gratuidade da justiça.**

Intimada para efetuar o pagamento em dobro, nos termos do art. 1.007, §2º do CPC/15, a apelante permaneceu inerte.

Pois bem. A gratuidade da justiça concedida à parte não se estende ao advogado porquanto pessoal esse direito.

No sentido da necessidade do recolhimento do preparo em recurso que verse exclusivamente sobre majoração de honorários, colaciono precedente do STJ:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO VERSANDO EXCLUSIVAMENTE SOBRE HONORÁRIOS. ART. 99, § 5º, DO CPC/2015. ADVOGADO QUE NÃO É BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 99, § 5º, do CPC/2015, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário da justiça gratuita estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade. Assim, constatada a inexistência do recolhimento do preparo recursal, caberá ao relator intimar o interessado para que faça seu recolhimento, em dobro, ou demonstre que também faz jus ao benefício.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1398425/SP, Rel. Ministro MARCO AURELIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 22/03/2019)(sem destaque no original)

E ainda:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO



EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE VERSOU EXCLUSIVAMENTE SOBRE A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. GRATUIDADE DA JUSTIÇA QUE NÃO SE ESTENDE AO ADVOGADO DA PARTE ASSISTIDA. AUSÊNCIA DE PREPARO RECURSAL. INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO. INÉRCIA DO RECORRENTE. DESERÇÃO RECONHECIDA. DECISÃO MANTIDA.

1. "Sendo pessoal o direito à gratuidade da justiça, 'o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade' (art. 99, §§ 4º 5º e 6º do CPC/2015)" (AgInt no AREsp n.1.330.266/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 2/4/2019, DJe 8/4/2019).

2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1411853/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019) (sem destaque no original)

Portanto, não sendo beneficiário da gratuidade da justiça e não tendo recolhido as custas quando regularmente intimado para tanto, o recurso se apresenta sem pressuposto de admissibilidade recursal.

Diante do exposto, considerando a sua manifesta inadmissibilidade, **NAO CONHEÇO** do recurso, nos termos do art. 932, III, do CPC/15.

Publique-se.

Recife, data da certificação digital.

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator

&

